

Prefeitura do Município de Apucarana

Gabinete do Prefeito - Atos Oficiais

Centro Civico José de Oliveira Rosa, 25 / CEP: 86800-280 / Apucarana - Paraná



PROJETO DE LEI Nº. 065/2023 en ofecimos é obertificación s

<u>Súmula</u>:- Autoriza a abertura de **Crédito Adicional Especial** no valor de R\$ 25.342,40 (vinte e cinco mil, trezentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos), conforme especifica.

A CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, OBEDECENDO AO DISPOSTO NO INCISO V, ARTIGO 55 DA LEI ORGÂNICA, SANCIONO A SEGUINTE:-

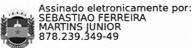
L E I

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 25.342,40 (vinte e cinco mil e trezentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos), para reforço de dotações do orçamento vigente (Lei nº 093, de 08 de novembro de 2022), como segue:-

Órgão: 2 – Poder Executivo	3G123A1
Unidade: 4 – Secretaria de Gestão Pública	
0004.0122.0004.2004 - Manutenção das Atividades da Secreta Pública	aria de Gestão
Fonte de Recursos: 1055 – Assistência Financeira Transporte Co Inciso IV, EC nº 123/2022	oletivo – Art. 5º,
(845) 333604500 – Subvenções econômicas	25.342,40
TOTAL	25.342,40

- Art. 2º Como recursos para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, fica indicado o superávit financeiro verificado em 31/12/2022, Fonte 1055, nos termos do artigo 43, § 1º, I, da Lei nº 4.320/64 de 17/03/1964.
- Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta Lei em vigor na data de sua publicação.

Município de Apucarana, em 27 de junho de 2023.



Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP

Sebastião Ferreira Martins Júnior (Júnior da Femac)

Prefeito Municipal



Prefeitura do Município de Apucarana

Gabinete do Prefeito - Atos Oficiais

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25 / CEP: 86800-280 / Apucarana - Paraná



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Com os cumprimentos aos Senhores Vereadores, nesta oportunidade, o Executivo Municipal submete à deliberação Legislativa o Projeto de Lei em apenso, que busca a autorização de abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 25.342,40 (vinte e cinco mil, trezentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos), no orçamento vigente.

A solicitação da Abertura de Crédito se refere ao repasse do valor proveniente de saldo remanescente (rendimentos de aplicação financeira) oriundos da Emenda Complementar nº 123/2022, que "... institui auxílio para entes da Federação financiarem a gratuidade do transporte público.", e Portaria Interministerial nº 009/2022 do Ministério de Desenvolvimento Regional – MDR, na qual "Dispõe sobre os procedimentos para o aporte da assistência financeira destinada a auxiliar o custeio da gratuidade das pessoas idosas no transporte público coletivo urbano instituído pela Emenda Constitucional n. 123, de 14 de julho de 2022."

Destaca-se que a Lei Orçamentária Anual (LOA) poderá conter autorização para a abertura de créditos especiais até determinada importância, conforme prevê o art. 7º, l, da Lei Federal nº 4.320/64¹, bem como o §8º do art. 165 da Constituição da República². Tais dispostos normativos, balizam a abertura de créditos adicionais especiais para suprir gastos **supervenientes** que serão registradas em nova *natureza da despesa*, conforme Art. 1º supra.

Ante ao exposto e considerando que o projeto se reveste de grande importância para o Município, solicitamos que o mesmo seja apreciado em regime de **URGÊNCIA**, na forma prevista no § 1º artigo 31 da Lei Orgânica Municipal.

Por todas as razões exposta contamos com a apreciação e consequente aprovação do presente Projeto de Lei, aproveitamos o ensejo para renovar nossos votos de elevada estima e distinta consideração.

Art. 7° A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para:
I - Abrir créditos suplementares até determinada importância obedecidas às disposições do artigo 43;

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

^{§ 8}º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.